

de magistrado judicial para os Tribunais Administrativos e Fiscais, cuja abertura foi aprovada pela lei n.º 1/2008, de 14 de Janeiro.

Para efeito da avaliação curricular prevista no artigo 2º, alínea f), da lei n.º 1/2008, de 14 de Janeiro, declara:

Ter-lhe sido atribuídas as seguintes classificações de serviço até à data da publicação do aviso de abertura do concurso: (...);

Ter, à data da publicação do aviso de abertura do concurso, a antiguidade na magistratura (...) de (...) anos (... meses) e (...) dias.

Possuir o currículo universitário e pós universitário constante do documento que se junta.

Ter publicado os seguintes trabalhos científicos nas áreas do direito administrativo ou tributário: (...)

Outros factores respeitantes à preparação específica, idoneidade e capacidade para a função e que considera relevantes: (...)

Junta: (...)

(Data)

(Assinatura)

6.3 — Ao requerimento deverão ser juntos os seguintes documentos:

6.3 — 1. Documento autêntico ou autenticado comprovativo da qualidade de magistrado judicial ou do Ministério Público;

6.3 — 2. Documento autêntico ou autenticado comprovativo das classificações de serviço atribuídas até à data de abertura do concurso;

6.3 — 3. Documento autêntico ou autenticado comprovativo da antiguidade na magistratura à data da abertura do concurso;

6.3 — 4. Currículo universitário e pós universitário detalhado, datado e assinado;

6.3 — 5. Um exemplar de cada trabalho científico, publicado nas áreas do direito administrativo ou tributário, ou respectiva fotocópia, ou relação desses trabalhos com indicação das referências necessárias à sua localização;

6.3 — 6. Outro(s) documento(s) que contenha(m) elementos respeitantes à preparação específica, idoneidade e capacidade para o exercício das funções a que o candidato concorre e que este tenha por relevantes.

7 — Prazo e modo de entrega do requerimento de candidatura

7.1 — O prazo para a apresentação de candidaturas é de 15 dias a contar da data da publicação deste aviso no Diário da República.

7.2 — Até ao termo do prazo fixado no ponto anterior o requerimento de candidatura, instruído com os documentos indicados no ponto 6.3. deste aviso, pode:

7.2 — 1 — Ser enviado pelo correio, sob registo, para o seguinte endereço postal: Secção Pedagógica de Estudos e de Estágios do Centro de Estudos Judiciários, Largo do Limoeiro, 1149-048 Lisboa.

7.2 — 2 — Ser entregue pessoalmente, contra recibo, nos locais e horário adiante indicados:

a) Secção Pedagógica de Estudos e de Estágios do Centro de Estudos Judiciários, Largo do Limoeiro, 1149-048 Lisboa, entre as 10 e as 12 horas e as 14 horas e 30 minutos e as 16 horas e 30 minutos;

b) Delegação do Porto do Centro de Estudos Judiciários, Rua de João das Regras, 222, 4.º, 4000-291 Porto, entre as 10 e as 12 horas e as 14 horas e 30 minutos e as 16 horas e 30 minutos;

c) Delegação de Coimbra do Centro de Estudos Judiciários, Rua João Machado, 19, 3º C, 3000-226 Coimbra, entre as 10 e as 12 horas e as 14 horas e 30 minutos e as 16 horas e 30 minutos.

8 — Não admissão a concurso

8.1 — Não são admitidos a concurso os candidatos:

a) Que não formalizem a respectiva candidatura nos termos do ponto 6.1 deste aviso;

b) Que não façam acompanhar o seu requerimento do documento referido no ponto 6.3.1. deste aviso;

c) Cujo requerimento e documento referido no ponto 6.3.1. deste aviso dêem entrada fora do prazo estabelecido no ponto 7.1. do mesmo aviso.

9 — Validade do concurso

9.1 — O concurso é válido por três anos, período durante o qual os magistrados que realizem com aprovação o curso de especialização, mas não fiquem graduados em posição de ingressar nos tribunais tributários, poderão, após deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, de acordo com a classificação final do curso, ingressar nestes tribunais quando se verificar a desistência, afastamento ou exclusão de algum dos magistrados afectos a esta magistratura.

14 de Fevereiro de 2008. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 4453/2008

Por despacho do Subdirector-Geral, por delegação da Directora-Geral (DR. II Série, n.º 159, de 2007/08/20)

Licenciada Maria João de Sousa Gonçalves Henriques, técnica superior principal do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeada, com dispensa de concurso, após confirmação dos respectivos pressupostos pela Secretária-Geral do Ministério da Justiça, assessora do quadro dos mesmos serviços, nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com efeitos reportados a 30-04-2007.

(Não carece de fiscalização prévia do T.C.)

28 de Janeiro de 2008. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Despacho (extracto) n.º 4454/2008

Por meu despacho de 22 de Maio de 2007, no uso de competência delegada, foi Maria Celeste Gonçalves Silva Domingos, assistente administrativa especialista, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, escalão 4, índice 316, reclassificada nos termos da alínea e) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na carreira/categoria de tesoureiro, do mesmo quadro de pessoal, escalão 5, índice 332, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2007. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

25 de Janeiro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 4455/2008

Por meu despacho de 22 de Maio de 2007, no uso de competência delegada, foi Maria Antónia Coelho Fernandes, fiel de armazém, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, escalão 2, índice 146, reclassificada nos termos da alínea e) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na categoria de assistente administrativa, da carreira de assistente administrativo, do mesmo quadro de pessoal, escalão 1, índice 199, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2007. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

25 de Janeiro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 4456/2008

Por meu despacho de 31 de Maio de 2007, no uso de competência delegada, foi Maria da Conceição Correia Almeida Lopes, auxiliar administrativa, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, escalão 6, índice 184, reclassificada nos termos da alínea e) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na carreira/categoria de telefonista, do mesmo quadro de pessoal, escalão 6, índice 194, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2007. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

25 de Janeiro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 4457/2008

Por meu despacho de 31 de Maio de 2007, no uso de competência delegada, foi José Manuel Brás dos Santos, guarda, do corpo da guarda prisional, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, escalão 2, índice 130, reclassificado nos termos da alínea e) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na categoria de técnico superior de 2ª classe, da carreira técnica superior, do mesmo quadro de pessoal, escalão 1, índice 400, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2007. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

25 de Janeiro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 4458/2008

Por meu despacho de 31 de Maio de 2007, no uso de competência delegada, foi José Manuel Rito Ramos, fiel de armazém, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, escalão 1, índice 137, reclassificado nos termos da alínea e) do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na categoria de assistente administrativo, da carreira de assistente administrativo, do mesmo quadro de pessoal,

escalaõ 1, índice 199, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2007. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

25 de Janeiro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 4459/2008

Por meu despacho de 31 de Maio de 2007, no uso de competência delegada, foi Isabel Maria Alves Barbosa, assistente administrativa, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, escalaõ 2, índice 209, reclassificada nos termos da alínea e) do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na categoria de técnico superior de 2ª classe, da carreira técnica superior, do mesmo quadro de pessoal, escalaõ 1, índice 400, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2007. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

25 de Janeiro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 4460/2008

Por meu despacho de 4 de Junho de 2007, no uso de competência delegada, foi Ana Maria Dias Fernandes Antunes, assistente administrativa principal, do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, escalaõ 3, índice 244, reclassificada nos termos da alínea e) do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, na carreira/categoria de tesoureiro, do mesmo quadro de pessoal, escalaõ 1, índice 259, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2007. (Isento de fiscalização prévia do TC.)

25 de Janeiro de 2008. — A Subdirectora-Geral, *Julieta Nunes*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho (extracto) n.º 4461/2008

Por despacho de 24 de Janeiro de 2008, do Director Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária Dr. Baltazar Pinto:

Ernesto Freire da Silva, Manuel João Trabuço Monteiro, Rui Manuel Brito da Silva, José Manuel da Rocha Soares, António da Costa Ribeiro e João Carlos Freitas Martins de Nóbrega, seguranças de escalaõ 8 do quadro da Polícia Judiciária — promovidos, após concurso, a seguranças de escalaõ 9, do mesmo quadro. (Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

Despacho (extracto) n.º 4462/2008

Por despacho de 2007.12.11, do Director Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária Dr. Baltazar Pinto:

Lic. Miguel Pratas Masqueiro, contratado em regime de contrato administrativo de provimento como Especialista Superior Estagiário da Polícia Judiciária, nomeado definitivamente, Especialista Superior de Escalaõ 1, do quadro da mesma Polícia.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

Despacho (extracto) n.º 4463/2008

Por despacho de 2007.12.06, do Director Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária Dr. Baltazar Pinto:

Lic. Carla Cristina Paiva da Cruz, Especialista Superior de 1.ª classe de medicina legal do quadro da Delegação de Lisboa do Instituto Nacional de Medicina Legal, a exercer funções em regime de comissão de serviço extraordinária como Especialista Superior Estagiária da Polícia Judiciária, nomeada definitivamente, Especialista Superior de Escalaõ 1, do quadro da mesma Polícia.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

Despacho (extracto) n.º 4464/2008

Por despachos do Director Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária Dr. Baltazar Pinto de 2007.10.17 e do Director da Polícia Judiciária Militar:

Otílio Aurélio Gonçalves Figueiredo Mendes, técnico de Informática do quadro de pessoal civil da Polícia Judiciária Militar, a exercer fun-

ções em regime de requisição na Polícia Judiciária, transferido como especialista auxiliar, de escalaõ 6, para o quadro da mesma Polícia, com efeitos a partir de 16 de Dezembro de 2007. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

Despacho (extracto) n.º 4465/2008

Por despacho de 28 de Janeiro de 2008, do Director Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Baltazar Pinto:

Agostinho Ferreira de Campos Abranches, Ana Teresa de Jesus Lourenço Vieira Gonçalves, Anabela de Sousa Marçalo de Almeida Gonçalves Gordo, Anabela Maria da Silva Pacheco de Sousa, António Alexandre Ferreira Logrado, António Custódio Carvalho Freitas, Graciett Novela Amado Dias, Henrique Manuel Pereira Fernandes Palheira, João Manuel Felício, Jorge Manuel Leitão Faria, Jorge Manuel Pelicano Paulos, José Alves Bispo, José António de Matos Carvalho, José Herculano Moreira Neto, José Paulo Mendes Antunes Claro, Leontina Pereira Rodrigues Tavares, Margarida Isabel Telles de Jesus Santos, Maria Adelina Marquez Escoto Campos, Maria Clara Oliveira Andrade, Maria da Conceição Vicente Machado Fernandes, Maria de Lourdes dos Santos Costa Esse, Maria do Céu Saias dos Santos, Maria dos Prazeres Pereira Lopes, Maria Helena Costa das Neves Roldão, Maria Helena Sobral Gomes Guerreiro Abrantes, Maria Isabel de Sousa Pinto de Quadros Figueiredo, Maria Manuela da Costa Moreira, Maria Salomé Monteiro Pais Mendes Tavares, Maria Teresa dos Santos Sousa Ferreira, Marília de Fátima Palheiros Ferreira Rosa, Olga Maria Ferreira de Sousa, Olinda de Jesus Ribeiro Teixeira de Fernandes Figueira, Rogério Luís Neto Pereira, Rosa Maria Fernandes Vilarinho Maciel de Sousa, Rui Paulo Pereira, Teresa de Lurdes Turiel Machado e Virginia Maria Madeira da Fonseca, especialistas auxiliares de escalaõ 5 do quadro da Polícia Judiciária — promovidos, após procedimento interno de selecção, a especialistas auxiliares de escalaõ 6 do mesmo quadro, continuando nas comissões de serviço em que se encontram como Chefe de Sector o Sr. Henrique Manuel Pereira Fernandes Palheira e como Chefes de Núcleo os Srs. Graciett Novela Amado Dias, Jorge Manuel Pelicano Paulos, Maria da Conceição Vicente Machado Fernandes e Maria Helena Sobral Gomes Guerreiro Abrantes. (Não estão sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 2008. — Pelo Director, *António Barbosa*.

Despacho (extracto) n.º 4466/2008

Por despacho de 2008.01.03, do Director Nacional da Polícia Judiciária:

Lic. Ana Cristina Pereira Martins Romano, Especialista Superior de escalaõ 5 do quadro da Polícia Judiciária a exercer em regime de comissão de serviço as funções de Chefe de Sector — nomeada em regime de comissão de serviço no cargo de Chefe de Área da mesma Polícia, com efeitos a partir de 7 de Janeiro de 2008. (Não está sujeita a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Janeiro de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.

Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

Aviso (extracto) n.º 4316/2008

Em cumprimento do estipulado pelo n.º 34 do Regulamento dos Concursos de Provimento na Categoria de Assistente da Carreira Médica Hospitalar, aprovado pela Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, aplicável à Carreira Médica de Medicina Legal por força do disposto no artigo 72º do Decreto-Lei n.º 11/98, de 24 de Janeiro e após homologação do Conselho Directivo do INML, I.P., em sessão de 07/02/2008, faz-se pública a lista de classificação final referente ao concurso interno de ingresso para provimento de dois lugares na categoria de assistente de medicina legal, da carreira médica de medicina legal, aberto pelo aviso n.º 15721/2007, publicado no D.R. n.º 165, 2.ª série de 28/08/2007:

Candidatos aprovados:

1º — Susana Pereira da Silva Tavares — 17,46 valores

2º — José Jerónimo Fonte Santa da Silva — 15,92 valores

Candidatos não aprovados:

Cristina Maria Gomes Cordeiro Santos — a)

Natividade do Rosário Vale Caveiro Lemos da Silva — a)